

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.196 - DF (2015/0260202-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
RECORRIDO : MARIA DE JESUS SOUSA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS interpõe recurso especial, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal local** (Agravo n. 2015.002.002332-8).

O recorrente aponta violação dos arts. 148 da LEP e do art. 43, do CP. Sustenta a impossibilidade de considerar como pena cumprida o período de comparecimento da apenada ao Setor Psicossocial.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não conhecimento** do recurso.

Decido.

A recorrida, por sentença transitada em julgado no dia 29/11/2010, foi condenada a 1 ano e 9 meses de reclusão, no regime inicial aberto, mais multa, por incursão nos arts. 288 e 171 c/c. o art. 14, II, do CP. A pena foi substituída por duas restritivas de direitos (401 h de prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária). Em 11/6/2012, ela compareceu à Seção Psicossocial e iniciou o resgate das sanções. Em 26/10/2012, comprovou haver sido vítima de violência doméstica e estar sob a proteção de medidas judiciais. Requereu a modificação da prestação de serviços, ante a ausência de condições psicológicas para prosseguir no cumprimento da medida.

Após seu pedido, a apenada continuou a comparecer à Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais, pelo período de 1 ano, quando comunicou o intento de deixar o Distrito Federal para afastar-se do contexto de múltiplas violências perpetradas por seu ex-companheiro. Tendo em vista a situação concreta, esse período foi contabilizado como pena cumprida e o Juiz extinguiu sua punibilidade, em 23/9/2014. O Tribunal manteve a decisão.

Superior Tribunal de Justiça

Ante as **peculiaridades excepcionais do caso concreto, em observância ao princípio da boa-fé**, as autoridades consideraram o período de comparecimento à VEPEMA como pena efetivamente cumprida. Assinalaram que, como a sentença havia fixado o regime aberto, se houvesse sido analisada a petição da parte, nada impediria a conversão das penas substitutivas em regime aberto domiciliar, mediante a condição de comparecimento periódico à VEPEMA.

Verifico a **ausência de impugnação específica ao fundamentos centrais do acórdão recorrido, de possibilidade de individualização da execução pelo Juiz e de prevalência do princípio da boa-fé objetiva**, ante o comportamento do Judiciário e do Ministério Público, que permitiram e acompanharam o comparecimento da sentenciada à VEPEMA durante um ano, sem haver decisão judicial de modificação da prestação de serviços, e, diante desse comportamento, criaram a justa expectativa, para a parte, de regular cumprimento da pena. Incide à hipótese a **Súmula n. 284 do STF**, ante a deficiência do recurso especial.

O ato judicial impugnado foi proferido ante as particularidades da recorrida, de modo que, consoante o parecer do Subprocurador-Geral da República Mário Pimentel Albuquerque, "para que se pudesse entender de modo diverso, seria necessário inequivocamente o revolvimento do acervo fático-probatório, o que não autoriza a abertura da via especial, em face do óbice contido na **Súmula n. 7 do STJ**" (fl. 145).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**